Ministério da Justiça
O Ministro

Lisboa, 6 de Janeiro de 2010

Exmo. Senhor

Ministro dos Assuntos Parlamentares

O Senhor Procurador-Geral da República, por ofício datado de 31 de Dezembro de 2009, informa-me que, consultado o Conselho Superior do Ministério Público, indica para membro nacional da EUROJUST o Procurador-Geral Adjunto João Manuel da Silva Miguel.

O Governo acolhe, com vista à sua nomeação, nos termos da lei, a indicação proposta, que ora se comunica a V. Exa. para os efeitos que entender adequados.

Com os melhores cumprimentos,

O Ministro da Justiça,

Alberto Martins

CURRICULUM VITAE

I. Estado civil

Apelidos: Da Silva Miguel

Nome próprio: João Manuel

Data e local de nascimento: 30 de Março de 1953, em Loulé, Portugal

Situação familiar: casado, uma filha (nascida em 1983)

II. Ensino liceal, universitário e outras qualificações

1963-1971	Curso geral e complementar dos Liceus
1972-1977	Licenciatura em direito pela Faculdade de Direito da Universidade clássica de Lisboa
1978-1979	Estágio para delegado do procurador da República, nos tribunais cíveis, criminais, de menores e do trabalho, em Lisboa

III. Actividades profissionais

1979-1979	Delegado do Procurador da República, no Tribunal Judicial do Seixal
1979-1989	Delegado do Procurador da República, no Tribunal Judicial de Oeiras
1989-2000	Delegado do Procurador da República e Procurador da República no Gabinete do Procurador-Geral da República
1996-2000	Presidente do Comité de Peritos Sobre as Funções do Ministério Público no sistema de justiça Penal (PC-PR), que preparou a Recomendação n.º 2000(19) do Conselho da Europa
1996-1998	Membro da Delegação Portuguesa ao Comité Preparatório do Tribunal Penal Internacional (Nova Iorque)
1997-1998	Membro do júri (direito penal e direito processual penal) para auditores de justiça do Centro de Estudos Judiciários
1998 (6/7)	Membro da Delegação Portuguesa à Conferência Diplomática de Ministros Plenipotenciários das Nações Unidas para a criação do Tribunal Penal Internacional (Roma, 15 de Junho - 15 de Julho de 1998)
1998-2000	Membro da Delegação Portuguesa à Comissão Preparatória do Tribunal Penal Internacional (Nova Iorque)
2000-	Procurador-Geral Adjunto no Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República)

2003(1/3) Membro do Grupo de Trabalho encarregado de preparar a legislação para implementar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

2003- Agente do Estado Português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas, desde Fevereiro de 2003

2003(5) Presidente do júri das provas escritas do concurso para auditores de justiça ao Centro de Estudos Judiciários

2008(6/7) Presidente do júri das provas orais do concurso para auditores de justiça ao Centro de Estudos Judiciários

2009(5/6) Presidente do júri das provas orais do concurso para auditores de justiça ao Centro de Estudos Judiciários

IV. Actividades públicas

1986-1989 Membro eleito do Conselho Superior do Ministério Publico, incluindo a sua secção disciplinar

1990-1999 Representante da Procuradoria-Geral da República no Conselho Nacional do Projecto Vida

1991-1999 Representação da Procuradoria-Geral da República junto de diversas entidades e organismos do Estado, em particular no âmbito de estudos e iniciativas para o desenvolvimento da informática e do sistema de informação estatística da justiça, bem como da luta e do combate à droga (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, Gabinete Director de Informatização Judiciária, Conselho Superior de Estatística e Conselho Nacional da Toxicodependência)

1995-2000 Participação na organização e dinamização de acções de sensibilização e informação para o Ministério Público

2003 (3) Membro do Comité Director para os Direitos do Homem, desde Março de 2003 e membro eleito do *Bureau* para o biénio 2009-2011

2003 (3) Membro do Comité de Peritos do Conselho da Europa para o Aperfeiçoamento dos Sistemas de Protecção dos Direitos do Homem (DH-PR), desde Março de 2003

2006 - Membro do Conselho Consultivo dos Procuradores Europeus, de que é vice-presidente, reeleito para o mandato 2009-2010

2007(10) Membro do júri internacional da 2.ª edição do Concurso «THEMIS» na vertente «Interpretação e aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem». Este concurso é dirigido especialmente aos auditores de justiça de todas as escolas e institutos europeus de formação de magistrados

2009-2009 Vice-presidente do Comité de Peritos do Conselho da Europa Sobre os Recursos Efectivos Face à Duração Excessiva dos Processos (DH-RE)

2009 (6) Membro do júri do Prémio Europeu «Balança de Cristal da Justiça Penal». Este prémio foi criado pela Comissão Europeia e pelo Conselho da Europa e destina-se a dar a conhecer e a promover as práticas inovadoras e eficazes implementadas no desenrolar do processo penal e na organização dos tribunais, com vista a aperfeiçoar o funcionamento do

sistema de justiça penal nos países membros da União Europeia e do Conselho da Europa

2009(10) Membro do júri internacional da 4.ª edição do Concurso «THEMIS» na vertente «Interpretação e aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem»

V. Publicações e outros trabalhos

a. Artigos (entre outros menos recentes no domínio civil e criminal e artigos de opinião jurídica na imprensa diária sobre temas de justiça)

1. «O Ministério Público no Tribunal Penal Internacional», *in* Estudos de Homenagem a Cunha Rodrigues, Volume I, Coimbra Editora, 2001, pp. 623-659, e *in* Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 37 (Janeiro-Março de 2002), pp. 11-42
2. «Justiça Penal Internacional – O Tribunal Penal Internacional *in* Revista do Ministério Público, n.º 90, (Abril-Junho de 2002), pp. 57-78
3. «Tribunal Penal Internacional – O após Roma e as consequências da ratificação», *in* Revista do Ministério Público, n.º 86, (Abril-Junho de 2001), pp. 27-42
4. «A jurisdição portuguesa perante os crimes dos Indonésios», *in* Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos, vol. I, n.º 1, 1.º semestre de 2002, pp. 181-189
5. «Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Comentário ao caso Silva Torrado c/ Portugal, Revista do Ministério Público, n.º 95, (Julho-Setembro de 2003), pp. 101-119
6. «A Justiça portuguesa no exame do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, *in* Revista *Subjudice - Justiça e Sociedade*, Lisboa, n.º 28 (Abril-Setembro de 2004), pp. 33-38
7. *O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional* Conferência Internacional da FDUCP/PGR /co-organizador, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006
8. «Le ministère public et l'avenir : la recommandation Rec 19 et l'exemple portugais», *in* «Quel avenir pour le ministère public ?», Paris, Dalloz, Sirey, 2008, pp. 115-130
9. «O dever de reserva: uma abordagem à luz dos trabalhos do Conselho da Europa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem» (a publicar).

b. Conferências e outras intervenções

1. «Criminalidade económica e financeira e as formas de organização do Ministério Público em Portugal» – Seminário em Avignon (França), no âmbito do Programa Grotius, Novembro de 2000
2. «Comment juger les politiques : Avec quelles juridictions ?» comunicação no âmbito da formação contínua de magistrados sobre o tema « JUSTICE ET POLITIQUE : La place de la Justice », na Ecole Nationale de la Magistrature, Paris, em 29 de Março de 2001

3. «A cooperação com os Tribunais Penais Internacionais» – comunicação apresentada no Centro de Estudos Judiciários, no âmbito da formação de magistrados (2002)
4. «O controlo da constitucionalidade pelo Ministério Público», comunicação apresentada no VI Encontro de Procuradores-Gerais da República da CPLP (São Tomé e Príncipe, Outubro de 2002)
5. «O processo no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», comunicação apresentada no âmbito do curso de mestrado em Direitos Humanos, Universidade de Coimbra (11 de Outubro de 2003)
6. Colaboração regular com o Centro de Estudos Judiciários no domínio dos direitos humanos, em particular quanto à orientação e coordenação de seminários sobre a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem para formação inicial e formação contínua de magistrados
7. Orientação e co-coordenação de um curso de pós-graduação especializado em «Jurisprudência Europeia sobre Direitos do Homem» na Faculdade de Direito de Coimbra (CEDIPRE/JUS GENTIUM), dirigido, em especial, a magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados e juristas em geral, tendo sido realizadas 3 edições
8. Intervenções diversas, em particular em universidades, ordem dos advogados e associações, as mais recentes sobre: «Imigração, integração e direitos humanos»; «Dever de reserva: uma abordagem à luz dos trabalhos do Conselho da Europa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem»; e «Convenção Europeia dos Direitos do Homem : Sistema institucional de protecção e processo»

VI. Outras actividades

1. Membro do conselho de redacção da "Revista Portuguesa de Ciência Criminal», desde 1996
2. Colaborador permanente de "Revista do Ministério Público", de 1985 a 2004
3. Colaborador permanente do « Boletim do Ministério da Justiça », de Maio de 2000 a 2003

VII. Línguas

Francês : falado, lido e escrito – muito bem

Inglês: falado e lido – muito bem ; escrito – bem

Espanhol : falado e lido – muito bem ; escrito – bem